



# Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1980

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a esta Presidência, com a devida vênua do Plenário, que se consigne nos trabalhos do dia de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão ÁLVARO MACHADO, ocorrido em Piraí do Sul, no último dia 24 do corrente mês.

O mesmo ocupou cargo no legislativo municipal daquela localidade, onde seus trabalhos foram de relevância em prol da cidade.

A sua morte muito abalou os meios sociais, culturais e políticos de Piraí do Sul, onde deixou grande número de amigos, ainda consternados pelo desaparecimento de sua pessoa.

Mister é que esta Casa Legislativa, una-se ao luto de seus familiares.

Requer ainda, seja esta mensagem de condolências enviada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de

profundo pesar pelo falecimento do Embaixador PASCHOAL CARLOS MAGNO, ocorrido no dia 24 de maio do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Paschoal Carlos Magno sempre foi um homem apaixonado por tudo que dizia respeito à arte brasileira, sem contar com recursos oficiais. Ele criou a Casa do Estudante e o Teatro do Estudante do Brasil, e do qual surgiram entre outros, Paulo Porto, Sonia Oiticica, Iara Salles, Maria Fernanda, Sérgio Brito, Tereza Raquel e Cacilda Becker.

O Teatro Duse, também fundado por Paschoal Carlos Magno, em sua casa, na Rua Hermenegildo de Barros, 161, no Bairro de Santa Tereza, proporcionou o surgimento de Agildo Ribeiro, Ruy Cavalcanti, Glauce Rocha, Maria Pompeu, Consuelo Leandro e Mirian Pérsia.

Paschoal Carlos Magno, quando Embaixador, pertenceu ao Gabinete do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, exercendo na época o papel de articulador junto aos estudantes. Dessa época é que surgiu a idéia da criação da Caravana da Cultura, uma trupe de artistas e intelectuais que se deslocavam para as cidades do interior, promovendo espetáculos artísticos e debatendo temas culturais. A iniciativa serviu de modelo para o surgimento, depois, da Barca da Cultura, que percorreu o Rio São Francisco.

Membro do Conselho Federal da Cultura.

Com sua morte, perde o País um grande marco em sua cultura.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, se oficie aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Repúblicas da Argentina e do Brasil, respectivamente, Generais JORGE RAFAEL VIDELLA e JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, manifestando o regozijo deste Poder pelos entendimentos mantidos durante a visita do governante brasileiro à Argentina, e pelo auspicioso estreitamento das relações econômicas, sociais e culturais entre os dois países.

Que se encaminhe essa manifestação, através da Embaixada argentina no Brasil.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, OSCAR ALVES, e ao Instituto de Assistência ao Menor - IAM, solicitando a implantação, no Município de Toledo, das seguintes instituições de assistência ao menor:

1. Creche para atendimento de crianças de zero a seis anos de idade;

2. Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, a fim de prestar assistência a menores, na faixa de seis a quatorze anos;

3. Centro de Formação Profissional para atender em conjunto com entidades educacionais e empresariais para menores

de quatorze a dezoito anos de idade.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia, a "Declaração de Manaus", bem como as "Teses apresentadas pelos juristas paranaenses", presentes à VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada na Cidade de Manaus, de 18 a 22 do corrente mês.

Tais documentos são os constantes do incluso recorte do matutino "Gazeta do Povo", edição de hoje.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência aos Drs. Renê Ariel Dotti, Antônio Acyr Breda, Antônio Lopes de Noronha, Otto Luiz Sponholz, José Lamartine Correia de Oliveira, Newton José de Sisti, Presidente da Seccional da OAB do Paraná, Athos Moares de Castro Veloso, Alcides Munhoz Netto, Edgar Cavalcanti Albuquerque, Gilberto Garcia Pereira, Fernando Vidal de Oliveira, Eduardo Rocha Virmond, Antônio Morys Cury, Alfredo Assis Gonçalves, Luiz Chemin Guimarães, Diretor da Polícia Civil e Edson Tavares da Silva, Procurador Adjunto da Procuradoria Judicial da Prefeitura de Curitiba, bem como, seja através de Telex, cientificado o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Seabra Fagundes, no Rio de Janeiro, desta decisão.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Possivelmente não foi ainda analisado o resultado global da visita do Presidente João Baptista Figueiredo à Argentina. Não percebemos na imprensa brasileira uma avaliação profunda do significado que teve essa visita para o estreitamento de nossas relações com país vizinho.

O que se soube é que no Brasil os políticos e os empresários ficaram surpreendidos com a cordialidade entre os Presidentes João Figueiredo e Jorge Vidella, sinal de entendimentos sobre os diversos níveis das conversações realizadas em Buenos Aires.

Qualquer que seja a posição política do observador, terá ele que reconhecer a otimização das relações entre nossos países. Terá que admitir que nos últimos cinquenta anos, nunca foram tão auspiciosas nossas relações com os platenses.

Então, se perguntará sobre o que se poderá obter com esse nível de relações.

Podemos adiantar alguns aspectos dos resultados:

Em primeiro lugar, embora ainda não esteja superada toda a competição entre os dois países em estágio aproximado de desenvolvimento econômico, conjugam-se esforços doravante para a complementariedade de nossas economias. E isso entre dois países que, não sendo hegemônicos, desfrutam, juntamente com a Venezuela, Colômbia e México, a condição econômica mais estruturada em seu empenho de modernização. Isto é, são países que já alcançaram um patamar em que o desenvolvimento industrial não é mais um mito, e sim, uma realidade que contribui para o desenvolvimento social e político.

Como Brasil e Argentina atraem capitais estrangeiros para seu desenvolvimento econômico mas ainda não conseguiram controlar a força desses capitais, é muito importante que os dois países possam adotar idênticas iniciativas para pre-

servar seus interesses, e chegar a uma convivência com capitais e investimentos de origem externa, sem perda da soberania e sem sacrificar seus interesses de controlar seu mercado interno e decidir sobre sua participação no mercado internacional.

Devemos caminhar para esclarecer a complementariedade de nossas economias, sem ter a ilusão de que não existirão mais atritos nem contradições de interesses econômicos, entre empresas e grupos dessas nações. Os passos estão sendo dados e isso é o que importa.

Os exemplos mundiais mostram que as exportações e importações, sob regime de complementariedade econômica, em países nas mesmas condições de desenvolvimento, são um poderoso fator para o entendimento. Não podem ser desprezados, na tentativa de acordos morais entre governos. E é bom ressaltar este aspecto, porque existem campanhas organizadas contra os entendimentos econômicos internacionais.

Gostaria de destacar que muitos acertos foram obtidos, mas a idéia de complementariedade econômica e de parceiros especiais no comércio internacional, conduz a muitas possibilidades de se conviver como vizinhos fraternos e que preparam uma defesa comum contra as pressões internacionais. Este é o centro do problema.

Parece que superamos, ou estamos a caminho de superar, relações agastadas e equívocas patrocinadas por interesses privados internacionais e por grupos radicais em nossos dois países.

Também o Paraná obteve grande vantagem com a assinatura do acordo para a construção da ponte, ligando Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu. Passagem rodoviária que deverá permitir igualmente a construção de uma ferrovia de ligação Brasil-Argentina.

O Cone Sul realiza sua integração econômica. E, de nosso ponto de vista, passamos a superar muitas contradições com a ampliação de nossos canais de comunicação e comércio com nossos vizinhos.

Atendendo a sugestões que vêm sendo feitas pelos empresários e demais setores de todo o Oeste e Sudoeste, queremos enfatizar a necessidade de que, além da construção da ponte, se viabilize a ligação ferroviária entre o Brasil e a Argentina, aproveitando a própria construção da ponte.

Assim, com a ligação ferroviária com Assunção, a complementação da malha ferroviária com a Argentina ampliará o esforço por boas relações entre esses países".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos, de uma maneira ou de outra, unirmos em benefício cada vez mais, das relações brasileiras com todos os países mas, especialmente, com a Argentina e o Paraguai, nossos co-irmãos.

Nós estamos na mesma luta, pedindo e solicitando, cada vez mais, o nosso entrosamento comercial, nosso entrosamento social e, acima de tudo, a ligação ferroviária, para diminuir, para minimizar o nosso problema do transporte, diminuindo, de vez por todas, o custo do transporte dos nossos produtos.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sexta-feira última, tivemos a grata satisfação de estarmos presentes na cidade de Antonina, em companhia do Sr. Secretário do Interior, Renato Johnsson, e do Sr. Presidente da TELEPAR, Engenheiro Gilberto Garbi, ocasião em que foi inaugurado o DDD, Discagem Direta à Distância, de 400 linhas, ligando Antonina ao resto do Estado do Paraná, no sofisticado modelo DDD.

Foi enorme a satisfação do povo capelista, quando o Sr.

Secretário do Interior provocou uma ligação direta ao Sr. Governador, na presença de dezenas de pessoas, Vereadores, Presidente da Câmara, Presidente de Sindicato e, tornou-se realidade, uma velha aspiração do povo capelista.

E nós queremos, neste momento, cumprimentar o Sr. Governador, o Sr. Secretário do Interior e o Sr. Presidente da TELEPAR, por terem inaugurado, três meses antes da ocasião prevista, o DDD, ligando Antonina ao resto do Estado.

E mais ainda, porque naquela oportunidade, através do telefone, o Sr. Governador prometeu que o canal de acesso que liga Paranaguá a Antonina, seria dragado, permitindo que navios de maior calado pudessem aportar no terminal de Antonina, levando carvão de lá e trazendo madeira, toras de outros portos.

Foi alvissareiro sob todos os aspectos esse acontecimento; encheu de satisfação o povo de Antonina, e eu cumprimento o Sr. Governador, o Secretário do Interior e o Presidente da TELEPAR, bem como, de resto, todos aqueles que se fizeram responsáveis por esse acontecimento.

Na condição de Deputado que representa aquele porto, aquela cidade, agradeço, penhoradamente, as manifestações e demonstração de solidariedade do Governo do Estado àquele povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, o povo está em sobressalto nestes últimos tempos, com a onda de assaltos, com a onda de crimes, com a onda de violências que vêm imperando na sociedade.

E nós queremos atribuir esses fatos não só ao problema social, mas também à falta de estrutura nos organismos policiais. Realmente, constatamos junto às Delegacias de Polícia, principalmente em Curitiba, uma total falta de aparelhamento, seja material ou humano, para atender às necessidades de policiamento.

O furto de automóveis vem se verificando de uma forma alarmante, e os proprietários de veículos hoje estão em total insegurança.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O povo brasileiro é o povo que mais paga impostos. O imposto deve ser, em princípio, canalizado para uma função social e de garantia dos cidadãos. Não vemos uma aplicação correta dos tributos que são arrecadados pelo poder público, no sentido não só de satisfazer às necessidades sociais, mas também no sentido de garantir a propriedade particular, através de uma vigilância policial adequada.

Se pagamos impostos, inclusive para manter uma corporação policial, queremos que esta tenha um desempenho mais ou menos eficiente. Que tenha uma estrutura adequada para atender às necessidades de policiamento.

E nós, em conversa com vários Delegados de Polícia, diversos elementos de mais destaque no meio policial, constatamos que existe uma total falta de apoio ao policiamento.

Queríamos, então, nesta oportunidade, enfatizar o nosso desejo de que se dê maior amparo à Polícia Civil, que é a mais desamparada, para atender ao seu mister de policiamento.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria, através da tribuna, formular um apelo, que peço seja enviado ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que seja dotada, principalmente a Delegacia de Furtos de Automóveis, de uma estrutura em condições de atuar na sua missão de combater o furto de veículos, e não só isto, recuperá-los, já que estão sendo furtados diariamente, em grande quantidade, durante o dia e à noite, o que é lamentável, porque aí se constata a inoperância da autoridade policial. Inoperância, não por falta de boa vontade,

pode-se dizer até, mas por falta de condições materiais e humanas, para o desempenho da função.

Queríamos fazer o nosso apelo, no sentido de que a Delegacia de Furtos de Automóveis tivesse um terminal com um computador instalado no DETRAN, para que, de imediato, pudesse fazer as verificações de placas de automóveis. Porque, como nos disseram elementos daquela Delegacia, o computador fica no DETRAN e eles não têm condições de se socorrer do computador para fazer uma averiguação de imediato dos veículos furtados ou, pelo menos dar melhor condição de um policiamento mais ostensivo.

Queria, Sr. Presidente, que Vossa Excelência encaminhasse ao Sr. Secretário de Segurança este nosso pronunciamento, para que o mesmo estudasse a possibilidade de instalação de um terminal do computador do DETRAN na Delegacia de Furtos de Automóveis, para que, esta Delegacia, pudesse também, usando desse meio, dar cumprimento às suas funções de atender as denúncias e queixas que são feitas quanto ao furto de automóveis que se vêm verificando diariamente e em grande quantidade, principalmente em nossa Capital.

Outra coisa que achava até oportuno dizer ao Sr. Secretário, que o DETRAN, ao invés de estar entregue a sua administração à Polícia Militar, que fosse transferida à Polícia Civil, que acredito tem melhores condições de encaminhar o processo administrativo daquele Departamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal, Norton Macedo.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O correr dos anos imprime profundos resultados sobre a memória dos homens, fazendo com que momentos, obras e pessoas, repousem no esquecimento, mesmo que motivadores de grandes lutas, impregnados de contagiante idealismo, transmissores de muita fé e acalentadores de vívidos sonhos.

Há dezessete anos, desaparecia trágica e prematuramente, uma das personalidades mais categorizadas, das décadas cinquenta-sessenta, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, entre 1947/50, a partir de 1951 passou a desempenhar mandatos federais, e em 1958, alcançou a segunda maior votação já consignada, a um candidato a Deputado Federal, na história da República. Foi líder da Bancada petebista na Câmara Alta, fiel ao ideário de Getúlio Vargas e de Alberto Pasqualini, acabou fundando o MTR — Movimento Trabalhista Renovador. Candidato à Vice-Presidência da República, percorreu o Brasil, defendendo a PETROBRÁS, os recursos naturais do sub-solo, o amparo efetivo ao homem do campo, a recuperação do Nordeste, a disciplinação dos investimentos estrangeiros e o combate aos privilégios, dizendo costumeiramente, que na sua República Solidarista, "SOMENTE A ESCOLA E A CRIANÇA DEVERIAM TER PRIVILÉGIOS".

FERNANDO FERRARI.

Filho de modesta família de agricultores, trabalhou durante anos na difícil e áspera atividade da terra, e ao contrário de muitos políticos, jamais negou a sua origem, defendendo sempre os interesses da coletividade.

Aliás, sobre a política e sua militância, com rara inteligência, sentenciou: "ELA SÓ CONVÉM A DOIS TIPOS DE HOMENS: AOS IDEALISTAS E AOS MERCENÁRIOS. Os primeiros, sacerdotes do ideal, colocam todas as energias do coração e do espírito em benefício do próximo e do povo, preferindo servir a servirem-se, dar a receberem, compreender a serem compreendidos. Os segundos, traem as mais belas esperanças populares, porque mentem, conspurcam, aviltam, pondo

o poder político a seu próprio serviço contra o interesse do maior número”.

Exatamente por jamais negar a sua origem humilde, de homem da lavoura, sua atuação parlamentar foi magistralmente fértil, em favor das grandes causas nacionais, mas, em especial, sua obra legislativa foi dirigida aos sagrados interesses dos trabalhadores brasileiros.

Sua consagrada vitória política foi a aprovação da Lei 4214, de 02/03/63, o ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL, resultante de pelo menos quatro projetos anteriores, com derrotas e vitórias, face o grande número de Parlamentares, principalmente Senadores, latifundiários e propensos a conservar o “status quo” vigente.

Vale aqui destacar que tão almejada vitória legislativa trouxe ao homem do campo, não só as garantias legais já desfrutadas pelo trabalhador urbano, como o direito ao amparo previdenciário, com assistência à maternidade, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e auxílio funeral. Tudo isto que hoje se deseja creditar a “obra revolucionária” de uma revolução de mentira, que inclusive no setor camponês atrasou e complicou a aplicabilidade da legislação aprovada pelo Congresso Nacional, à época em que o Congresso tinha certo poder, legislava e não homologava tão somente.

Basta exemplificar, embora a feliz lei, Estatuto do Trabalhador Rural, aprovada em março de 1963, somente OITO anos após é que começaram as primeiras aposentadorias aos trabalhadores rurais, trabalhadores estes que Fernando Ferrari comparava, para mostrar a desatenção aos mesmos, “ao animal de canga, que velho e cansado, era solto nas estradas e nos campos para morrer à míngua”.

Sonhador de soluções de base à problemática nacional, sempre defendia a REFORMA AGRÁRIA. Dizendo ser ela “o único meio válido de integrar os nossos irmãos dos campos na economia nacional”, inclusive aceitando-a, por etapas, com início na instituição do regime jurídico do trabalhador rural e no seu amparo previdenciário como fórmula capaz de conscientizar os trabalhadores dos campos, através da segurança da lei, com um segundo passo na adoção de uma lei de arrendamentos, que ele também submeteu à apreciação do Congresso, mas que nunca foi aprovada, e, por fim, como derradeiro degrau, a reforma agrária propriamente dita, que viria distribuir glebas, neste País de tantas glebas, aos nossos irmãos sem terras, e o que representaria a medida solucionadora de noventa por cento dos problemas que afligem a comunidade nacional.

Em cima de tais linhas de ação, percorria diuturnamente o Brasil, pregando, debatendo, conclamando, ensinando, organizando. Sempre argumentava que tais mudanças estruturais criariam uma revolução no campo e seria a libertação dos que denominava “os escravos brancos da terra”.

Exatamente quando se dirigia ao município gaúcho de Torres, no dia 25 de maio de 1963, para falar sobre o ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL, obra legislativa pela qual lutou sem tréguas, foi surpreendido pela morte, em acidente aviário.

E, em sua homenagem, o dia 25 de maio passou a ser comemorado como o DIA DO TRABALHADOR RURAL. Por conseguinte, quem defende o trabalhador rural e não conhece a luta, a angústia, o trabalho, a obra, a fé e o sonho de FERNANDO FERRARI, não conhece suficientemente a histórica resistência, as dificuldades e os entraves que são antepostos aos homens da terra e sua libertação.

Afinal, a luta de FERNANDO FERRARI, como de tantos outros “Ferraris”, continua, à ferro e fogo, pois continua a reação conservadora que quer manter a estrutura feudal nos campos pátrios.

Não é outra, por sinal, a convocação que ontem mesmo fizeram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Federação

dos Trabalhadores Rurais do Paraná, distribuindo nota na qual manifestam o desejo de que “preferiam festejar o Dia do Trabalhador Rural sem tantos problemas, tais como:

A NÃO EFETIVAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA;  
A COMPRA EXAGERADA DE TERRAS por indústrias, bancos e grupos estrangeiros;

A CONCENTRAÇÃO DE ÁREAS pelos latifundiários;  
A EXISTÊNCIA DOS “BÓIAS-FRIAS”;

O NÃO PAGAMENTO DO SALÁRIO-MÍNIMO;

O NÃO REGISTRO em Carteiras dos Trabalhadores assalariados;

O NÃO CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS AGRÁRIOS;

UMA PREVIDÊNCIA INFERIOR À PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR URBANO;

UMA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E SINDICAL SUPERADAS À NOSSA REALIDADE;

UMA POLÍTICA AGRÍCOLA QUE NÃO VALORIZA O PEQUENO PRODUTOR;

A NÃO GARANTIA DE PREÇOS JUSTOS;

O EXAGERO DO CUSTO DOS INSUMOS AGRÍCOLAS;

O NÃO INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA TERRA.

— Trabalhador UNIDO, jamais será VENCIDO.

Eis, por respeito histórico, quanto FERNANDO FERRARI CONTINUA VIVO, POIS PELOS PROBLEMAS ACIMA ENUMERADOS, VÊ-SE QUE A LUTA APENAS CONTINUA. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal, Walber Guimarães.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os funcionários da Administração do Estado, incluindo a área Biomédica e algumas categorias de nível superior (redatores, economistas, contadores, bibliotecários e veterinários), estão aguardando com ansiedade o plano de reclassificação de cargos, que o Secretário de Recursos Humanos, Sigismundo Morgenstein, ficou de encaminhar a este Poder, em março do corrente ano, quando fez promessa formal aos dirigentes da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Posteriormente, o Secretário constitui uma comissão especial, da qual fez parte a Associação, pelos seus dirigentes: Dr. Edouard Elias Thomé, Presidente do Conselho, e Cristiano Lacerda, Secretário da Diretoria Executiva. Concluindo o trabalho, ficou apenas a parte relativa ao custo a ser fixado na nova tabela.

O Secretário de Recursos Humanos prometeu então, dentro de 15 dias, apresentar a nova tabela e bem assim o ante-projeto final. Contudo, após aquela decisão, já decorreram cerca de 60 dias, sem contudo estar ainda solucionado o impasse.

A Associação dos Servidores Públicos tem reiterado apelos no sentido de que seja agilizado o plano, uma vez que são cerca de 15 mil funcionários que estão aguardando sua classificação, bem como cerca de 13 mil inativos.

Esperamos que o Sr. Secretário de Recursos Humanos encaminhe o quanto antes, o plano de reclassificação, como a única forma de vir minimizar a angustiosa situação desses funcionários, que em sua maioria, percebem pouco mais que o salário-mínimo.

É público e notório que uma grande maioria dos funcionários públicos do Estado do Paraná, com intenção do melhor aproveitamento de suas aptidões, estejam eles desviados de suas funções e percebendo, em seus cargos, muito menos, aquém das funções que os mesmos desempenham dentro da função pública e tendo dado o máximo de si para o engran-

decimento deste Estado.

Esses funcionários, que vêm percebendo menos do que aquilo que lhes cabe de justiça, merecem que haja uma atenção especial para com o seu trabalho, e dentro do espírito do Governo Ney Braga, que tem como diretriz principal o homem, não poderia esse setor, que é responsável por grande parte do desenvolvimento deste Estado, ficar à espera por muito mais tempo, porque, se não resolvesse o problema dos funcionários públicos do Estado, pelo menos viria atenuar a situação angustiante por que passam, e tendo em vista que a alta constante do custo de vida tornou os seus salários já amplamente desatualizados.

Temos recebido diariamente, nos corredores das Secretarias por onde passamos, de companheiros nossos de trabalho daquelas Secretarias, pedidos constantes para que fizéssemos algum pronunciamento solicitando o apressamento ao Sr. Governador ou ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, do Plano de Reclassificação de cargos do Paraná.

Creio que esse plano de reclassificação nada mais seria do que fazer justiça a uma laboriosa classe que tem dado com muito esforço, grande trabalho, uma grande contribuição ao desenvolvimento do nosso Estado; essa classe tem arcado em muitos casos, por falta de funcionários, com um trabalho além das horas que lhes são destinadas por Estatutos e muitas vezes sem perceber o necessário; esses funcionários vêm fazendo o seu sacrifício, dando a sua contribuição, e por isso mesmo, há necessidade que haja uma correspondência salarial, a nível do esforço desses homens, que com suas famílias, não têm poupado esforços, para que o nosso Estado e o nosso povo tenham os serviços públicos dentro dos seus limites e atingidos os seus objetivos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem o Estado do Paraná sido aquinhado pelas manchetes dos principais jornais do País, durante toda sua vida como Estado, como sendo o Estado onde os maiores problemas de terra existiram e existem.

Foi no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em 1957 se fez uma revolução agrária, foi no Paraná, Srs. Deputados, que a colonização se fez em sua grande parte, da maneira mais desordenada possível.

É no Paraná, Sr. Presidente, em que se provoca um acidente para matar um índio que defendia sua terra, e Sr. Presidente, talvez seja no Paraná e com a aquiescência desta Casa, que novamente iremos manchetear as páginas dos jornais brasileiros. Porque, num assodamento injustificável, esta Casa está para apreciar o Projeto de Lei número 10/80, do Poder Executivo, que autoriza a vender terras a posseiros, terras essas sobre as quais este Deputado, com documentação que tem presente, tem elevadas razões para duvidar, que não pertençam aos índios que habitam aquela região.

Sr. Presidente, é lastimável que num Estado como o nosso, possamos ter em nossa frente documentos como este, documento feito no auge do Governo Lupion, com a famigerada Fundação Paranaense de Migração e Colonização, com o famigerado Libino Pacheco em sua Presidência, colocado lá a serviço de grupelhos de União da Vitória, minha terra, é lastimável, Sr. Presidente, que nós tenhamos, com escritura na frente, e possamos ler nomes que até hoje fazem política neste Estado, nomes que até ontem eram Presidentes da ARENA, nomes que roubaram a terra dos índios, índios esses que até hoje estão sendo mortos em defesa da sua terra.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se processam as coisas neste Estado, e como se processará amanhã, tal-

vez, quando discutirmos o projeto de lei que está em regime de urgência, quando discutirmos o projeto de lei para o qual este Deputado não deve ouvir essas reclamações, quando pedi apenas uma diligência.

O Sr. **Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. DENI SCHWARTZ — Logo que completar o meu pensamento.

Vejam, Sr. Presidente, talvez amanhã tenhamos de ler também, em detrimento de míseros posseiros, alguém a reclamar, inclusive quanto ao ato desta Assembléia. Tenhamos que ler nomes de pessoas importantes, assim como o Dr. Miguel Forte, grande industrial de União da Vitória, Domingos Forte, ex-Presidente da ARENA, e que compraram terras através de procurações dos índios de Mangueirinha.

Citaria nomes todos que estão aqui, Sr. Presidente, e que nunca moraram em Mangueirinha, mas que, no auge do Governo Lupion, ficaram com milhões de pinheiros que hoje disputam, não mais por eles, mas por um outro grupo, o grupo Slaviero. E não se diga, Sr. Presidente, que nisso há política, porque o cacique que foi morto no Município de Coronei Vivida, Ângelo Cretan, era Vereador do MDB no Município de Mangueirinha.

Mas também é verdade, Sr. Presidente, que se analise os resultados eleitorais das últimas eleições, que no Município de Mangueirinha o Deputado que lá tinha o comando político da ARENA comprou o Prefeito e os Vereadores, e a prova está no resultado das eleições.

E, paradoxalmente, Sr. Presidente, exatamente na terra usurpada dos índios, exatamente naquela urna, nas urnas de dentro daquela reserva indígena, o homem que ganhou era membro do partido que tinha, como Presidente, o Sr. Domingos Forte, que tirou a terra dos índios.

Sr. Presidente, faço estas considerações, para mostrar como deve ser importante e porque este Deputado se preocupou e pediu vistas a este projeto de lei que virá à consideração desta Casa.

Sr. Presidente, tenho aqui Diários Oficiais, de anos a fio, a respeito das Reservas Indígenas de São Jerônimo da Serra. É a própria Mensagem Governamental que me chamou a atenção, porque nesta, num de seus trechos, diz o seguinte, que a referida fazenda São Jerônimo foi havida por doação feita pelo seu então proprietário, Barão de Antonina, ao Governo Imperial, por termo solene, lavrado no Ministério de Negócios do Império, em 21 de junho de 1859.

Portanto, Sr. Presidente, é a própria Mensagem Governamental que chama a atenção da origem desta terra. Mas, acontece que vendo este termo, se chega à conclusão que o Sr. Barão de Antonina entregou esta terra ao Império, para que ali se fizesse o aldeamento indígena.

Sr. Presidente, se formos levar para o mapa, aqui está o mapa, para que os senhores vejam. Esta é a área indígena, oriunda já de 1859, para os índios, que inclui, também, a cidade de São Jerônimo da Serra. Através dos tempos, já em 1928, o Governo da República passou essas terras ao Estado do Paraná.

Ao passá-las, em seu artigo terceiro, da Lei 7692, de 30 de junho de 1945, disse o seguinte: destas terras assim cedidas ao Estado do Paraná, ficará reservada para o estabelecimento de índios ali atualmente localizados no Posto Indígena Barão de Antonina, no referido Serviço de Proteção aos Índios, a área de 4840 hectares, equivalentes a 48 milhões e 400 mil metros quadrados, de acordo com o artigo oitavo, do Decreto 5484, de 27 de junho de 1928, numa única ou em mais de uma gleba.

Num lugar ou lugares da referida fazenda, escolhidos pelo Serviço de Proteção ao Índio, para o estabelecimento dos referidos índios.

Esta terra, conforme eu peço desculpas ao nobre Líder

do PDS, e lhe concedo o aparte.

**O Sr. Erondy Silvério** — Agradeço a Vossa Excelência, embora tenha passado a oportunidade. Faço um apelo para que procure explicar e não confundir o discurso que está pronunciando; porque quando Vossa Excelência diz que os políticos da **Arena** estão envolvidos em negociar terras e que o Presidente da ex-**Arena** estava também envolvido, depois Vossa Excelência que dissesse que é um Presidente de um Diretório Municipal. E quando falar de um Deputado que tem comando, que comprou Prefeito, que comprou não sei mais quem, gostaria que Vossa Excelência desse o nome do Deputado. Porque, afinal, somos integrantes da ex-**Arena**, e Vossa Excelência lançando uma acusação, fica no ar, atingindo todos os ex-integrantes da **Arena**, nesta Casa.

Então, gostaria que Vossa Excelência assumisse a responsabilidade do que afirma, citando nomes.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — O Sr. Domingos Fortes, Presidente da **Arena** de União da Vitória e o ex-Deputado Luiz Roberto Soares.

**O Sr. Erondy Silvério** — Gostaria que Vossa Excelência novamente me concedesse um aparte (**Assentimento**).

Não tenho procuração para defender o Sr. Fortes, de União da Vitória, o qual conheço apenas de nome.

Mas, trarei uma resposta à gravíssima acusação que Vossa Excelência faz a uma das esperanças jovens do Paraná, político que passou por esta Casa, deixando a marca de sua inteligência, da sua cultura, do seu acendrado amor à causa pública, e que é o Deputado Luiz Roberto Soares.

Virei a essa tribuna trazer uma resposta às acusações que Vossa Excelência está trazendo, neste instante, ao Deputado Luiz Roberto Soares.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência não precisa defender o Deputado Luiz Roberto Soares, talvez eu não tenha me manifestado corretamente. Disse que desafiava a Casa para verificar que não se tratava de política. Pois, no aldeamento de índios de Manguairinha, o Deputado Luiz Roberto Soares recebeu toda a votação.

Portanto, não era o fato do índio Ângelo ser Vereador pelo MDB, que viria a esta tribuna, como um homem partidário. E a acusação contra o Sr. Domingos Fortes não sou eu quem o faz. Foi noticiado pelos jornais. E a escritura, lavrada em Cartório, que envolve outros políticos que, nos áureos tempos do Sr. Moysés Lupion, em 1.960, ficaram donos das terras dos índios. Repassaram, posteriormente ao Slaviero que, inclusive, está sofrendo uma campanha tremenda mas que, na realidade, não é o maior acusado.

Volto, Sr. Presidente, ao assunto que me trouxe à tribuna. Em 1.945, a terra passou para o Estado, com a condição de que se mantivesse o aldeamento de índios. Sei, Sr. Presidente, e tenho dados, que no Município de São Jerônimo da Serra existem apenas, ou existiam, há 2 anos atrás, quando foi feito este levantamento, poucos índios, aproximadamente 280 a 290 índios, no máximo, contra um mil e 200 e poucos cidadãos que residem nessa área contestada.

O problema não é de números. O problema é dar garantia a esses posseiros que, amanhã, poderão receber, através de autorização da Assembléia Legislativa, terras que depois serão contestadas.

Mas, Srs. Deputados, não fui à imprensa, não fui criar polêmica sobre o assunto até o momento em que me julguei ofendido por esta Casa e pelos Srs. Deputados. Porque, tenho em mãos, Sr. Presidente, Sr. Líder do PDS, e isso é importante, tenho em mãos o projeto de lei que fez este Deputado, quando alertado por essa mensagem, investigar mais a fundo do que se tratava.

Pedi vista do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. E como não pude discernir, dentro do processo, se a área pleiteada dentro desse projeto de lei está dentro daquelas áreas

dos índios, ou não, pedi, em requerimento que também se encontra nesse processo, uma diligência, junto à FUNAI, para que ela se pronunciasse, para libertar esta Casa, amanhã, de uma crítica de estarmos nós entregando terras de índios a posseiros. Embora esses posseiros morem há muitos anos lá e que são maioria — temos que reconhecer. Mas aí que me julgo ofendido, porque, quando fiz o requerimento, requerimento este ouvido e por todos achado conforme, o Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira pediu vistas e ainda disse que talvez — era uma hipótese, que talvez estas terras estivessem sendo requeridas pelo Governo, estivessem tentando ser vendidas pelo Governo para posseiros que seriam recolocados lá de Manguairinha onde há um outro problema. E ele também se interessou. Mas infelizmente não participei da última reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Esse requerimento não foi deferido, não foi respondido e está apenas anexado ao processo.

Que mal faria à Assembléia Legislativa, aos Srs. Deputados e principalmente, aos Srs. Índios e Posseiros, se a Funai se manifestasse nesse processo, dizendo que aquela terra não pertence aos Índios. Seria uma segurança para nós, Srs. Deputados. Mas houve a alegação de que em se tratando a Funai de um órgão Federal, nós não tínhamos condições de inquirir. Mas onde estamos, então? Vamos deixar o Governo talvez incorrer num erro? E vejam que eu digo, talvez. Apenas porque a Funai não se dignaria nos responder, ela que é um órgão encarregado dos Índios.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte, por favor?

Eu indagaria de Vossa Excelência se o requerimento foi apresentado em Plenário ou à Comissão de Justiça?

**O SR. DENI SCHWARTZ** — À Comissão de Justiça.

**O Sr. Erondy Silvério** — Então vê Vossa Excelência que não houve interferência alguma da Liderança na decisão. Achemos até...

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Absolutamente eu não disse isso.

**O Sr. Erondy Silvério** — Achemos até que Vossa Excelência tem toda razão em solicitar todos os esclarecimentos para poder votar a matéria conscientemente. E o Governo não quer outra coisa, ao ver a sua mensagem apreciada, de que todos os Srs. Deputados a votem conscientemente.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o esclarecimento. Talvez Vossa Excelência me dê as razões, pelas quais eu me sinto magoado, inclusive. Porque vejam, Srs. Deputados, além disso, um problema que se desenrola há muitos anos, merece desta Casa, regime de urgência. Pergunto por que o regime de urgência? Para talvez cometermos um outro erro, um outro equívoco? E vejam que eu digo, talvez. Eu não acuso. Mas acho que esta Casa tem o direito de ficar completamente esclarecida, sob pena de amanhã ser conivente com algo de errado.

**O Sr. José Tavares** — Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado, louvo a preocupação de Vossa Excelência, uma vez que o requerimento pedindo para que a Funai se manifestasse foi de sua autoria. E lamentavelmente, na reunião seguinte, já que este requerimento fora deferido. E na reunião anterior, na reunião seguinte, Vossa Excelência não se achava presente. Este Deputado na condição de membro titular da Comissão de Justiça, diante da colocação que Vossa Excelência faz, não poderia de forma alguma, ficar calado, de uma vez que os fatos se movimentaram da seguinte forma: Nós, na condição de Deputado que representa o Norte do Paraná, naquela oportunidade em que Vossa Excelência fez o requerimento, votamos favoravelmente ao seu pedido, inclusive com louvor, porque conhecemos relativamente bem a região de São Jerônimo da Serra. Inclusive, disse naquela oportunidade, que chegamos a advogar naquela região. Portan-

to conhecemos relativamente bem o problema. Mas na reunião seguinte, quando o seu requerimento já deveria ter sido, no meu entendimento, encaminhado às providências relacionadas com ele, já deveriam ter sido tomadas, o Presidente da Comissão nos alertou de que aquele assunto era um assunto que fugia à competência daquela Comissão. E felizmente, naquela oportunidade, se achava presente o nobre e faloroso Deputado José Lázaro Dumont que realmente conhece profundamente a região. E com base no seu testemunho, com base na sua palavra de que este projeto do Governo em nada prejudicaria o aldeamento indígena ali existente, é que nós também, do PMDB entendemos naquela oportunidade, da desnecessidade de se buscar, junto à Funai através do seu requerimento, melhores esclarecimentos a respeito.

Todavia, a bem da verdade, requeremos naquela oportunidade também, que a Comissão de Justiça extraísse fotocópias do inteiro teor do projeto governamental e encaminhasse oficialmente a Funai para que ela se pronunciasse a respeito.

Claro que quando a Funai se pronunciar, o projeto já foi amplamente discutido e votado, mas eu entendo que, se a Funai, oportunamente, vier a nos dizer, a trazer notícias de que este projeto estaria se envolvendo no aldeamento indígena, tenho a certeza de que o Governador do Estado haverá de ter a dignidade moral suficiente de resolver esse problema.

Por esta razão, é que nós nesta reunião em que Vossa Excelência estava ausente e com base no nosso conhecimento da área de São Jerônimo da Serra e mais, com base na palavra do Deputado José Lázaro Dumont, é que entendemos acolher o pedido do Presidente da Comissão de Justiça, deixando o seu requerimento para um plano secundário, de uma vez que fomos informados, por se tratar de um órgão federal, não competir àquela Comissão buscar esclarecimentos a respeito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu não entendo dessa maneira, porque se assim fosse, nós não teríamos razão de existir nesta Casa, porque se nós não podemos pedir informações a um órgão federal, como ficará o Estado? Cada um irá fazer à sua maneira as coisas.

O Sr. José Tavares — Eu também, nobre Deputado concordo com Vossa Excelência nesse aspecto, mas o que me fez acatar foi a palavra do Deputado Lázaro Dumont e também, em face do conhecimento que nós temos na região de São Jerônimo da Serra. Eu compreendo a sua preocupação e acho altamente louvável.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quanto à palavra do Deputado Lázaro Dumont, palavra essa respeitável sob todos os aspectos, eu gostaria também de dizer que dentro do processo, não existe sequer uma vez a assinatura do Sr. Lázaro Dumont. Não existe uma declaração se responsabilizando de que essas terras não coincidem com as terras já demarcadas pelos índios.

O Sr. José Tavares — Mas existe a ata da reunião da CCJ, nobre Deputado, onde ele assume a responsabilidade.

O SR. DENI SCHWARTZ — Não me parece que essa ata tivesse efeito para uma discussão futura e pelas mesmas razões, não vejo porquê dentro desse processo, não existe uma declaração assinada, reconhecida, da Funai, dizendo que ali, aquelas terras não interessam aos índios e não são dos índios, porque de fato elas não eram antigamente.

Desde que Barão de Antonina, em 1.895, passou essas terras para o poder do Império, elas foram muito disputadas e em 39 um então Deputado pedia essas terras para o Estado, e só em 45, elas foram passadas e essas argumentações das razões pelas quais não passavam as terras para o Estado estão bem claras em relatórios que possuo, em minhas mãos. Estava fazendo, inclusive, um estudo sobre esse problema, porque acho que nós temos que dar soluções a problemas existentes neste Estado e que são muitos, soluções dos problemas de terras, soluções definitivas. Há necessidade de dar atendimento

aos verdadeiros posseiros, que estão naquela área, mas sem assodamento, para que amanhã, um outro Tribunal não diga que eles não são os donos legítimos das terras, e que sim os índios, e nesse momento, talvez algum outro Deputado, daqui há alguns anos, possa vir à tribuna, citando o nome dos atuais Deputados, como eu citei o nome daqueles que roubaram as terras dos índios em 1.960.

Não quero ser conivente com um fato desses. Quero que as terras vão para as mãos de quem sejam os seus legítimos donos, posseiros ou índios, mas quero votar totalmente informado.

O Sr. José Tavares — Pois sou, se me permite novamente intervir no seu pronunciamento, é por causa, que é até uma questão de honra para mim, dar este depoimento a esta Casa, porque eu conheço a região, não é, conheço relativamente bem a região e em momento algum eu votaria favoravelmente a uma matéria, que viesse primeiro, ferir a lei; segundo, prejudicar alguém. Acho, que o encaminhamento desta mensagem, e eu não estou aqui para defender Governo, porque inclusive sou da oposição apesar de que, quando o Governo acerta eu também tenho a ombridade de reconhecer o acerto do Governo. Mas, neste aspecto, tenho certeza de que, amanhã, ninguém usará a história para dizer que este Deputado foi conivente em aprovar uma lei encaminhada pelo Executivo prejudicando os índios. Absolutamente, o que existe, é o alto interesse de se legalizar a posse de inúmeras pessoas que ocupam certas áreas em São Jerônimo da Serra, e que existe realmente naquela região, um número infelizmente, relativamente pequeno de índios.

Mas, tenho a convicção quase de que, este projeto em momento algum irá tomar terras de índios em benefício de posseiros. Além do mais, eu me louvei nas palavras, nas quais confio, do Deputado Lázaro Dumont, porque sei que ele é realmente um profundo conhecedor da região de São Jerônimo da Serra. Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu acho que o problema não pode passar em brancas nuvens. Porque há pouco tempo diversos Deputados, não só do PMDB, meu partido mas, de todos os partidos se manifestaram contra o esvaziamento do Poder Legislativo. E, eu, nesta oportunidade, acho que trago à consideração da Casa um assunto que deve merecer maiores estudos.

Antes de finalizar Sr. Presidente, quero conceder um breve aparte ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, realmente as questões de terras em nosso Estado devem ser tomadas com a maior seriedade possível. Porque nunca se levou a sério o problema do posseiro, o problema do índio.

E, as terras mais fáceis a serem tomadas à mão armada, sempre foram as terras dos índios, os casos concretos estão não só no Paraná, como em todo o Brasil, onde inclusive tribos foram exterminadas com armas bélicas, onde 2 fazendeiros no Amazonas, no Pará, destruíram uma tribo inteira com bombas, para se apossarem das terras. E, a FUNAI, sempre tem sido um órgão muito reservado em tomar a defesa do índio.

E é por isso, que acredito, ser de suma importância o envolvimento deste órgão, já que foi criado com essa finalidade, para preservar as terras dos índios, será esse órgão inclusive consultado no que lhe compete. E, são meras desculpas os argumentos de que por se tratar de um órgão federal, não poderemos inquiri-lo.

Se, não pode haver colaboração em órgãos estatais, dos órgãos federais, no sentido de se passarem informações úteis para se tomarem decisões positivas, então eu vejo uma incoerência entre Estado e União, vejo uma desarmonia em vez de haver harmonia. Portanto, simplesmente endossando o seu requerimento, que acredito ser de suma importância,

de suma valia, por se tratar de terras que poderiam talvez estar destinadas aos índios.

O aval da FUNAI daria garantia, como bem disse Vossa Excelência, a esta Casa, para que possa tomar uma decisão de consciência tranqüila. Por isso, parabênizo-me pela sua posição, inclusive que é preventiva, para que não caiamos em erros, que já são tantos no Estado do Paraná, ao concedermos terras e títulos. Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Com respeito à afirmação do Deputado Kirinus, eu devo dizer de que, os órgãos federais, quando solicitados, jamais têm se negado a esta Casa, de prestar informações. E especificamente com referência ao problema de Manguairinha, este Deputado, na tentativa de se encontrar uma solução para que a reserva de Manguairinha seja preservada, não só aos índios, a terra em si, mas que também se reserve lá uma riqueza que existe, que é a última reserva de pinheiros da Araucária, sugerimos a formação de um parque indígena nos moldes do Parque do Xingu. Um requerimento meu foi ter ao IBDF, e a resposta foi totalmente favorável a que realmente se transforme a reserva de Manguairinha num Parque Indígena, porque além de fixar, no habitat natural, o nosso indígena, estaria-se, no Paraná, preservando a característica da nossa flora, que é o pinheiro.

Tenho a impressão que não podemos nos cingir ao formalismo e à esta aparente competência, círculos de competência, em assuntos tão graves como este. Acho que a Casa pode e até deve pedir explicações, pedir informações, a estes órgãos federais, que afinal de contas, são os que traçam as políticas setoriais num mundo administrativo brasileiro.

Acredito que num assunto destes, e devo esclarecer a Vossa Excelência que acompanhei o voto do Deputado José Tavares, porque estava na CCJ naquela oportunidade, baseado na afirmação do nobre Deputado Lázaro Dumont, que disse efetivamente não haver litígio com o problema de índios, e mais, que o Instituto de Terras do Paraná havia feito um levantamento rigoroso para enviar a Mensagem à esta Casa, mas, acredito que se possa, conforme me esclareceu agora há pouco o Deputado José Tavares, deixar a Casa, Sr. Presidente, em perfeitas condições de votar, sustando a matéria para que não vá à Ordem do Dia, até que se receba a informação da Funai.

Eis que a CCJ determinou a expedição de ofício para que a Funai informasse, na realidade, se tinha interesse na área. Acredito que o Plenário estaria em condições de votar após a resposta da Funai. Vossa Excelência tem razão, devemos estar devidamente informados para votarmos conscientemente. O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, o objetivo desta nossa vinda à tribuna nada mais foi do que alertarmos a Casa e pedirmos à Presidência que encontre os meios para que possamos votar a favor do projeto com consciência e tranqüilidade.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse à Casa se hoje já não entra em vigor as novas normas da Ordem do Dia das sessões ordinárias, com referência aos horários das lideranças.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que a questão de ordem levantada por Vossa Excelência tem fundamento. Por um lapso da Mesa, não está sendo incluído, na sessão de hoje, o Projeto de Resolução n.º 01/80, que passa a vigorar. Nestas condições, em vigor o Projeto de Resolução 01/80, a Mesa consulta a liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário. (Assentimento).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos. Vossa Excelência tem 15 minutos para seu horário.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Democracia pressupõe eleições livres e diretas para todo o escalão administrativo, onde a alternância do poder seja uma constante.

Essa alternância serve sempre de bálsamo a curar as chagas dos erros e desacertos aos quais estão sujeitos os que por vocação praticam a Democracia.

A ciência política é o sangue que deve correr na veia dos democratas autênticos, a alimentar a Democracia, daí se convencionar que a ciência política não pode admitir mentiras.

Não se pode iludir o povo tentando salvaguardar as aparências, temos que de uma vez por todas colocar os fatos em evidência e não as versões dos mesmos.

Mas infelizmente, nos últimos meses em nosso País onde se diz que estamos restabelecendo a Democracia, o situacionismo vem colocando abusivamente as versões mais absurdas, iniciando com a "Reforma Partidária" apresentada como avanço democrático, mas que na verdade, tinha por escopo, somente a fórmula para dividir a oposição, que estava então reunida sob a Sigla do Movimento Democrático Brasileiro.

Pensou-se que isso se concretizaria, no entretanto o PMDB surgiu com força revigorada, expurgado dos adesistas de todos os matizes e hoje está aí a incomodar toda a estrutura governamental.

Prosseguiu com a discussão da emenda Lobão, e qual pretendia o restabelecimento de eleições diretas a governadores de Estado, mas a referida emenda recebeu dos homens do PDS voto contrário sob o pretexto que a mesma era pouco abrangente ou que a iniciativa do referido restabelecimento deveria caber ao Poder Executivo, em detrimento das prerrogativas do Poder Legislativo, único poder que representa e que deve representar na atual conjuntura os anseios do povo brasileiro.

Observamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a atual companhia teatral animada, com os sucessos resultantes nas peças anteriores, vem agora, a público anunciar mais uma peça aos estupefatos assistentes brasileiros. Seu título é: "Impossibilidade de realização de eleições Municipais". O apogeu, no desenrolar dessa peça, é a declamação dos artistas a afirmarem e reafirmarem, que falta tempo para tornar viável a realização das mesmas. E recebem muitas palmas de alguns daqueles que se encontrando nos cargos de Prefeitos, vêm na prorrogação de seus mandatos, uma fórmula para a sua realização pessoal, mesmo que isso venha em detrimento do espírito democrático do povo brasileiro.

Tentam, em última análise, justificar, perante a opinião pública do Brasil, mais uma farsa fabricada para se protegerem e contra o julgamento popular, através do voto, única manifestação legítima de descontentamento de nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao analisarmos hoje o quadro político, social e econômico, que se encontra a Nação brasileira, vem em nossa mente, sempre a mesma pergunta: — Que País é este? Somos um País triste ou um triste País, onde a grande maioria da população brasileira está sentindo que o mesmo é desgovernado. Onde não se sabe quais os reais objetivos da política nacional, onde nada se faz para conter a corrupção de alto nível, a qual já se tornou rotina nos altos escalões da República, onde as leis não são respeitadas pelas autoridades, onde a inflação continua crescendo assustadoramente, gerando insegurança econômica para as classes assalariadas e aos pequenos proprietários."

E cabe aqui, Sr. Presidente, fazer constar nos Anais desta Casa, palavras do líder do nosso partido, o PMDB, Freitas Nobre, na Câmara Federal, que diz: — Que as investidas contra as liberdades públicas e individuais no País, parecem ter como objetivo criar um ambiente anti-democrático, que leve o Gover-

Curitiba, segunda, 26.05.80

no a justificar retrocesso na área política, inviabilizando as eleições municipais de novembro e as estaduais de 82."

E lembrou também: — "A iniciativa de diversos governadores, no sentido da manutenção indireta daqueles pleitos. As prisões de líderes sindicais e de estudantes. O enquadramento de oposicionistas e jornalistas, na Lei de Segurança Nacional, bem como o endurecimento contra a Imprensa, com a ameaça de uma lei de responsabilidade e o fechamento do jornal "Hora do Povo", tem como finalidade proporcionar as justificativas de que necessita o Governo, para impedir o pronunciamento popular das urnas.

Frisou ele, de que o situacionismo, não só teme as eleições que lhe poderiam ser adversas, mas também não deseja o debate a nível popular, das questões nacionais mais importantes. Assinalou que setores governamentais, não desejam que temas como a desnacionalização da economia, as raízes da carestia e da inflação, a imprevidência na política energética, a comercialização do ensino e a ditadura fiscal, sejam levados ao povo através de comícios ou debates em público pelos meios de comunicação.

Todavia, advertiu, que a oposição com eleição ou não, levará ao povo esses temas, de pequenas ou grandes concentrações, bem como, pelos meios de comunicação disponíveis.

Sobre o mesmo assunto, disse também, o vice-Líder João Gilberto, do Rio Grande do Sul, que o quadro atual do País é de desagregação, de descrédito e de desesperança. Acrescentou que construímos rapidamente o caminho da democracia, ou sobre a cabeça de todos os militares, os administradores, os juizes, legisladores enfim, homens de instituições desabar a inconformismo da Nação brasileira, exasperada pela insistência na manutenção dos mesmos grupos no Poder, pelo desvirtuamento de instituições, umas castradas, e o Executivo com superpoderes.

Tem o aparte, o Deputado Nelton.

O Sr. Nelton Friedrich — Eu gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Darcy Deitos, por utilizar o primeiro horário da Liderança do ano de 1980 para assunto de tal envergadura. É óbvio que inúmeras forças não querem o período eleitoral. São desejosos da continuação do arbítrio, da prepotência, da unilateralidade, das vozes do olímpo.

Não sentem acaso, essas forças que a sociedade brasileira vive o processo de saturação ou como querem outros, a fadiga dos metais, que agora comparativamente chegou à fadiga do cidadão, não confiando mais no regime, não confiando mais nos governantes, esta é a realidade muito bem atestada pela exposição feita na tribuna, em especial pelo que trouxe o Líder Freitas Nobre, nessa sua exposição que acaba de ser lida. É óbvio que a eleição significa um confronto de idéias. O debate amplo de toda a problemática nacional que é traumatizante, é brutal. Deverá cobrar do regime do Governo, promessas, mas acima de tudo, é inadmissível que nós políticos, permaneçamos alheios a tais fatos. Deveríamos ter a hombridade de exigir eleições diretas este ano. Porque a incoerência é tão visível, que outro dia nos chamaram para discutir no Brasil, a Lei Falcão. A extinção da famigerada Lei Falcão, para que discutir a extinção de uma lei aviltante, com relação ao período eleitoral se ao mesmo tempo, se maquina a prorrogação de mandatos que é a bioncidade ostensiva em todos os municípios brasileiros.

A prorrogação ou intervenção trata-se de dois termos com o mesmo sentido, é a bioncidade presente. E nós chegamos ao absurdo de ver um Ministro falando no Rio Grande do Sul recentemente, que inclusive, os 4 mil Prefeitos não querem eleições este ano. Ora, dar-se voz e vez a quem tem interesse na causa? E o fim, absurdamente inconcebível.

Por isso, os parabéns por trazer o assunto, e que nós da bancada do PMDB possamos repetir seguidamente, neste horário da Liderança ao menos, a necessidade gritante das

eleições até para servir, para um desafogo de todo o desejo nacional. O povo quer votar, quer eleger. Nós precisamos de eleição. Só não querem eleições os tiranos. Muito obrigado O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos o seu aparte, Deputado. Mas Vossa Excelência coloca muito bem, porque quando Sua Excelência, o Presidente da República João Baptista Figueiredo diz de que a decisão está no Congresso Nacional, Vossa Excelência não vê algum dos homens que compõem o partido do Governo naquela Casa, apresentar uma fórmula sequer, para que as eleições sejam realizadas. Quando se transfere a responsabilidade para o Congresso, e eles entendem de que têm que votar pela prorrogação ou pela intervenção.

O Sr. Nelton Friedrich — Aliás, fogem do plenário para não votarem emendas ou projetos que viabilizem as eleições.

O SR. DARCY DEITOS — Exatamente, aí a gente pergunta, eminente Deputado Nelton, que País é este, onde uma simples eleição municipal é motivo de tanta apreensão, existe algo errado, pois não podemos concordar, que se gaste horas e horas no serviço de todos os políticos brasileiros para descobrirem fórmulas não realizando as eleições de 1980.

Eleição é questão simples em qualquer país democrático do mundo. E elas estão incorporadas nas suas vidas, e não há justificativa possível, por mais forte que seja, que possa cancelá-las.

Mas, em nosso País, Sr. Presidente, quando se fala em restabelecimento das plenitudes democráticas, quer se prorrogar mandatos e não realizar eleições, ou então, intervir-se nos quase 4 mil municípios brasileiros, não se respeitando nem mesmo a Constituição que foi outorgada pela Junta Militar que ainda governa este País, tendo a sua frente o Presidente João Figueiredo.

O que fica claro, Sr. Presidente, é o casuismo do Governo que vai, mais uma vez, desrespeitar o povo. Mas, estamos atentos, orientando ao menos a parte que nos cabe, ao povo, para que o mesmo se una numa cruzada cívica, para que peça, exija, que as eleições de 1980 sejam realizadas, conforme prevê a Constituição e o calendário eleitoral.

Porque, não é hora, Sr. Presidente, do jogo duplo até aqui exercitado pelos que se dizem que não são políticos e tomam todas as decisões políticas desta Nação, pelos que entronizam e garantem governadores e não querem responder por seus governos, pelos que mandam acima da Constituição e querem parecer disciplinados à lei.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Consulto às Lideranças do PP, PTB, PDS, se desejam fazer uso do horário regimental que lhes é reservado. (Declinam)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Emendas n.ºs 1, 2 e 3 ao Projeto de Resolução n.º 25/80. Necessitam de apoio. — **Apoiadas. Serão anexadas ao projeto.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano de Obras, a ligação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia

à estrada que liga os Municípios de Sabaudia e Astorga. Pareceres FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., e CONTRÁRIO da C.T., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Funcionários Municipais de Jacarezinho", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/79, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica — Acácia 1.<sup>a</sup>", com sede e foro na cidade de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que proíbe o uso do fumo em veículos de Transporte Coletivo Intermunicipal e em Estabelecimentos de Ensino Público Estadual. Pareceres FAVORÁVEIS DA C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Aurora", com sede e foro na cidade de Nova Aurora. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública o "Centro Cultural e Esportivo CEUAZULENSE", no Município de Céu Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública o Centro Espírita "Allan Kardec", com sede e foro na Cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que altera divisas dos Distritos Administrativos de Herculândia, Lovat, Santa Eliza, Serra dos Dourados, Perobal e do Distrito da sede, todos do Município de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reconhece como Órgão Oficial de Representação da Classe junto a este Poder Legislativo, a CABENFALE — Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o envio do Projeto de Resolução n.º 25/80, e as emendas apresentadas neste turno à Comissão de Constituição e Justiça, para estudos das referidas emendas. — Em votação. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que dá nova redação ao artigo 45, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de Junho de 1.973. (Que dispõe sobre a Lei Orgânica dos Municípios) Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI N.º 191/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 45, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1.973, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 45 — Dependência do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos nesta lei, as deliberações sobre:

I — rejeição de veto;

II — rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;

III — aprovação de representação sobre modificação territorial, sob qualquer forma, bem como sobre alteração do nome;

IV — proposta à Assembléia Legislativa para transferência da sede do Município.

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979

a) Fabiano Braga Côrtes.

## JUSTIFICATIVA:

O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 6 de setembro passado, em face da Representação n.º 1.010-4, do Estado do Paraná, proferiu a seguinte decisão:

"Julgou-se procedente, em parte, a Representação, para se declarar a inconstitucionalidade do art. 45 inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, j, da Lei Complementar n.º 2 de 18.6.73, do Estado do Paraná, que dispõe sobre a Lei Orgânica dos Municípios. Votação uniforme. Votou o Presidente"

Tais alíneas, do inciso I, do art. 45, são constituídas de matéria para cuja deliberação a Lei Orgânica exige "quorum" de dois terços, discrepando, assim, dos princípios basilares adotados na Carta Federal para o processo legislativo, que têm força modelar compulsória aos Estados e Municípios.

Através do ofício n.º 59/79, —P/MC, de 18 do mesmo mês, o ilustre Presidente daquele Alto Pretório comunicou a este Poder o teor da decisão, publicada no Diário da Justiça de 12 de setembro último.

O procedimento da ação direta de declaração de inconstitucionalidade prevê a apreciação do feito por parte do Senado Federal, que certamente suspenderá a vigência dos dispositivos decretados inconstitucionais, à vista dos fundamentos da respeitável decisão judicial.

No entanto, para evitar mal-entendidos que surgirão fatalmente durante o período de tempo que decorrerá entre a data da notícia do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal e a resolução do Senado da República, e no sentido de antecipar uma solução legal satisfatória aos interesses dos municípios, entendemos oportuna a retirada da Lei Orgânica da exigência do quorum de dois terços para a deliberação daquelas matérias abrangidas pelo acórdão.

Em consequência, passa a prevalecer, no tocante ao número de votos para deliberações, a regra geral contida no art. 43, da Lei Orgânica, ou seja, a maioria de votos presente a maioria absoluta dos vereadores.

Por outro lado, permanecem submissas ao "quorum", do art. 45 (dois terços) os casos convalidados pela Suprema Corte, consoante a redação do art. 1.º, do presente projeto.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 191/79

O presente Projeto de Lei Complementar, tem por escopo precípua, adequar a Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná, à recente decisão proferida pelo Egrégio Supremo

Tribunal Federal, quando, por votação uniforme, declarou a inconstitucionalidade do artigo 45, inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, j, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73.

Embora, "in casu", o Excelso Pretório não figure como instância final, tem-se como certa a apreciação em derradeiro grau por parte do Senado Federal favorável à decisão prolatada pelo Supremo.

A iniciativa desta Assembléia pretende, exclusivamente, antecipar a decisão, solucionando o problema que tem causado transtornos ao bom funcionamento das Câmaras Municipais.

Caracterizada a sua oportunidade e não havendo obstáculo de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha, manifestamos nosso assentimento à iniciativa, opinando favoravelmente à aprovação de todo o seu conteúdo.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
PAULO CAMARGO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Congregação Missionária do Santíssimo Redentor", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 7/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIA DO SANTÍSSIMO REDENTOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade religiosa, por se tratar de uma Sociedade Religiosa de Caráter Educativo e Assistencial.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 7/80

O projeto de lei que nos é dado a analisar, pretende, nos moldes previstos pela Lei n.º 6994/78, declarar de utilidade pública, entidade que possui personalidade jurídica comprovada e que encontra-se no efetivo exercício de suas atividades, servindo desinteressadamente à coletividade com observância de seus princípios estatutários.

Tanto assim é, que nota-se da farta documentação que acompanha o presente processo, que a referida entidade não remunera, a qualquer título, seus dirigentes, não usufruindo de qualquer benefício ou vantagem.

Ademais, pelo Relatório circunstanciado apresentado às fls. 7 "usque" 13, comprova a promoção da educação, assistência social e filantropia.

Assim, encontrando-se a medida em perfeita adequação e consonância com a legislação que rege iniciativas desta natureza, e não havendo óbice de natureza legal ou constitucional que se lhe anteponha, somos pela aprovação da medida, consignando o nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública o "Círculo Orquidófilo Pontagrossense", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 08/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

a) DAVID FEDERMANN

#### JUSTIFICATIVA:

O CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede na cidade de Ponta Grossa, fundada em 05.10.1949, tem visado a preservação de nossa flora, tomando todas as iniciativas que as circunstâncias permitirem, a fim de evitar a devastação das matas e o conseqüente extermínio das orquídeas em estado natural, e apoia ativa e irrestritamente todos os atos governamentais orientados nesse sentido.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 08/80

1 — De autoria do nobre Deputado DAVID FEDERMANN, o presente Projeto de Lei n.º 08/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública o CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

2 — Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

3 — Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
AIRTON CORDEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 09/80), que objetiva autorizar o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação, ao Município de Califórnia, as datas de terrenos sob n.ºs 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, com área total de 2.356 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), situados na Planta Jardim Sant'Ana, no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 09/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Califórnia, as datas de terras sob n.ºs 05, 06, 07,

10, 11 e 12 da Quadra n.º 15, com a área total de 2.356,00 m<sup>2</sup>, situados na Planta do Jardim Sant'Ana da cidade do mesmo nome, adquiridas pelo Estado do Paraná, do referido município, por escritura pública de doação, lavrada em 07/03/69, pelo Tabelião de Califórnia, transcrita sob n.º de ordem 11.025, do livro 3-L, de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Marilândia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 04 de março de 1980.

a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 09/80

1 — Oriundo de Mensagem Governamental de n.º 09/80, o presente Projeto de Lei objetiva a autorização deste Legislativo para que o Poder Executivo faça reverter, mediante doação, ao Município de Califórnia, as datas de terrenos sob os n.ºs 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, com área total de 2.356,00 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), situadas na Planta Jardim Sant'Ana, na sede do referido município.

2 — O terreno que se objetiva reverter ao patrimônio do município, havia sido doado ao Estado, para construção de Ginásio Estadual, que acabou sendo erigido em outra área mais ampla e adequada para a finalidade visada.

3 — Desta forma, não tendo sido o imóvel utilizado para a finalidade prevista na doação original, nada mais justo de que se o devolva ao Município de Califórnia, ainda mais que este pretende utilizá-lo para edificação de um Hospital Municipal.

4 — Quanto ao aspecto constitucional da matéria, nada há a opor, pois está o Poder Executivo solicitando a indispensável autorização desta Casa para que a reversão se concretize.

Somos, portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria o Distrito Administrativo de Ivaté, no Município de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 13/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado no Município de Umuarama, o Distrito Administrativo de IVATÉ, com as divisas seguintes:

— inicia na margem direita do Ribeirão 215, na foz do Córrego do Bugre; segue por este água acima até sua nascente; daí em linha seca pela divisa do lote 98, da Gleba Ivaté e do lote n.º 1, da Gleba Barro Preto até a Estrada Ivaté — Herculanã; por esta até a divisa dos lotes 99 da Gleba Ivaté e do lote 72 da Gleba Barro Preto, por esta em linha seca até atingir a nascente do Córrego do Índio e por água abaixo até sua foz, no Ribeirão Indovaí, segue o mesmo água acima até a foz do Córrego Jacutinga; segue em linha seca até a Estrada Piava (ex-Boiadeira); nas proximidades do Aeroporto segue pela dita estrada rumo Umuarama, até o Ribeirão Vale Verde; e por este água abaixo até o Ribeirão 215; finalmente pelo Ribeirão 215, água abaixo, até a foz do Córrego do Bugre, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O projeto resulta de uma situação anômala: a localidade de Ivaté se constituiu Distrito Judiciário, há muitos anos, sem

possuir até a presente data a condição de Distrito Administrativo.

Diante do mandamento contido no § 2.º, do Art. 110, da Constituição Estadual, segundo qual a criação de Distrito Administrativo é condição para a criação de Distrito Judiciário, esta proposição dispensa qualquer nova consideração.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 13/80

A iniciativa que nos é dada para exame e apreciação, tem a intenção corrigir uma anomalia ocorrente no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama, vez que, há já vários anos a localidade teve sua constituição em Distrito Judiciário, à época, ferindo disposição constitucional.

O móvel primordial da proposta é, sem dúvida o saneamento do conflito legal.

De outra parte, instrui o projeto, documentação bastante à satisfação do preceituado pelo artigo 9, da Lei Orgânica dos Municípios, disciplinadora das iniciativas desta natureza.

Destarte, tendo-se em conta o perfeito enquadramento às disposições vigentes e a inexistência de óbice legal ou constitucional, somos FAVORÁVEIS à aprovação do pretendido.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

**Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 21/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JANDAIA DO SUL, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1980.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente Plano de Lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competentes, há mais de um ano.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 21/80

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de

Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Da análise da documentação apresentada e justificativa que acompanha o projeto, vemos que a entidade que se visa declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação atinente à matéria.

Desta forma, nada havendo a opor, opinamos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Álvaro Machado, ocorrido em Pirai do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Paschoal Carlos Magno, ocorrido no Rio de Janeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelos entendimentos mantidos durante a visita do Sr. Presidente da República à Argentina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, bem como ao Instituto de Assistência ao Menor, encarecendo a implantação no Município de Toledo de diversas instituições de assistência ao menor. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da "Declaração de Manaus" e das Teses apresentadas pelos juristas paranaenses na VIII Conferência da O.A.B. em Manaus. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do editorial "O Progresso da Ordem", publicado pelo jornal "Folha de São Paulo". — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Voltamos à tribuna desta Casa do povo, para abordarmos um assunto que reputamos dos mais sérios que tem ocorrido no País nestes últimos dias. Refiro-me à 8ª Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada na cidade de Manaus.

Advogados, Juristas, Professores, Universitários de Faculdades de Direito de todo o País, Magistrados, lá compareceram e, entre o período de 18 a 22 do corrente mês, Manaus cedeu uma das conferências mais sérias, mais importantes, mais oportunas, já ocorrida nesta Nação Brasileira.

Venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente com o plenário vazio, discutir um requerimento da mais alta significação para este Poder e para o momento político brasileiro.

A Ordem dos Advogados do Brasil, uma instituição que tenho a honra de pertencer, tem se destacado pelas suas posições altamente democráticas e liberalizantes, posições de cora-

gem e de vanguarda, na defesa dos postulados mais sagrados de toda a sociedade humana. A OAB tem se colocado na defesa da liberdade, na defesa das garantias individuais do cidadão e tem, acima de tudo, bradado por todas as conferências que realizou neste País, desde a primeira, em 1974, em seguida uma outra realizada em Salvador, em 1978, a mais célebre de todas as suas conferências, realizada em Curitiba. Aqui, tratou mais uma vez, de assuntos da mais alta relevância para a vida político-institucional do País.

É realmente uma instituição que merece, de nossa parte, o mais alto respeito e admiração. Nos momentos mais difíceis, da vida brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil tem se colocado com bravura, sem destemor. Tem se postado diante dos mais sagrados direitos da pessoa humana. O nobre Deputado Nelson Friedrich, um dos Deputados mais brilhantes desta Casa, também membro daquela instituição, em boa hora teve a idéia de pedir a transcrição, nos Anais da Casa, de um editorial da "Folha de São Paulo"; editorial este que, somado a tantos outros, tem demonstrado à Nação Brasileira, o que representa esta instituição nas defesas dos mais sagrados postulados da liberdade e da democracia neste País.

Peço permissão para proceder a leitura deste editorial que reputo, da mais alta significação para a vida político-institucional do País:

#### "O PROGRESSO DA ORDEM.

Os trabalhos da VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil sugerem algumas reflexões. A OAB tem-se firmado, nos últimos anos, mais como uma instituição firmemente vinculada ao processo de rearticulação da sociedade civil do que como mero órgão corporativo. Isto é, resistindo à legislação que a tornaria simples apêndice administrativo do Ministério do Trabalho, para regular questões profissionais, a OAB tem sido transformada em uma das pontas de lança do longo e tortuoso processo pela qual a sociedade brasileira procura retomar em suas mãos a iniciativa de seu próprio destino político. Para isto, tentando limitar o arbítrio do Estado e o poder auto-conferido do Executivo.

As últimas conferências nacionais da OAB vêm sendo marcadas por uma nítida evolução das teses debatidas que, abandonando o terreno estrito das questões técnicas e teóricas do Direito, inclinam-se cada vez mais para proposições de caráter jurídico-político. A tese do Estado de Direito foi, assim, completada pela reivindicação de uma estrutura institucional de natureza democrática, baseada na tradição liberal da soberania popular com garantias institucionais. Ou seja, sem abandonar as questões formais do Direito, os advogados brasileiros tendem a encarar as questões propriamente substantivas da ordem jurídica e política.

A profissão jurídica é conservadora por natureza, pois sua própria possibilidade de existência depende da estabilidade da ordem jurídica e do respeito às formas escritas da lei. O bom desempenho do profissional não é incompatível com um desconhecimento e até mesmo um descaso para com as questões substantivas da ordem social, exigindo sobretudo o conhecimento rigoroso dos códigos e das práticas processuais. "O que não está nos autos não está no mundo", diz o antigo adágio forense, sugerindo que as formas processuais e legais valem mais do que a própria realidade dos fatos.

Não deixa, portanto, de ser curiosa a nova linguagem dos advogados, que não hesita em denunciar o "caráter elitista" da liberdade que predomina no País", e em reivindicar uma "posição de vanguarda, distanciada da mera contemplação de instituições jurídicas plasmadas sem grande apreço pelos interesses do povo" ou até mesmo recusa-se a subscrever "um sistema jurídico que garante à pequena minoria uma existência afortunada e, à grande maioria do povo brasileiro, a liberdade de sentir fome".

Vai mais longe o autor dessas palavras, o advogado Eduar-

ardo Seabra Fagundes, presidente da Ordem, atribuindo ao sistema político vigente o objetivo da "Total erradicação da liberdade, que permitirá o exercício incontrolável da opressão". E expressando sua solidariedade com os movimentos reivindicatórios dos operários, aos quais opõe uma "legalidade empregada de permeio com a pura violência".

Curiosa mas não surpreendente essa identidade de linguagem e de temática entre a OAB e as oposições. Oposição não ao Governo, o que teria caráter partidário, mas a um estado de coisas que a consciência jurídica acusa de subverter a ordem jurídica pressuposta no pacto político-democrático que a sociedade deseja, por meio de um legalismo cuja legitimidade não se baseia nos interesses expressos da população, mas é a auto-conferida pelos detentores do poder. Não surpreende em primeiro lugar, porque até mesmo a legislação mais restritiva das liberdades civis e políticas nem sempre é respeitada, segundo as conveniências das autoridades, revelando com isso, sua base no puro arbítrio. Não surpreende, também, devido ao flagrante isolamento de um regime autoritário que pretende conciliar a abertura — que a Nação deseja e é inevitável para a estabilidade política do País — com a manutenção de todas as prerrogativas que o Estado subtraiu à sociedade. Desconhecendo, além disso, qualquer base legítima de interesse que não corresponda à vontade do sistema de poder. Afinal, como os funcionários públicos civis e militares, como o clero, o professorado e os operários, os advogados pertencem à sociedade que tolera cada vez menos o prolongamento da grande margem de arbítrio que o Estado ainda se arroga, muitas vezes, à margem da legalidade vigente ou escudando-se em uma legislação de discuti-vel legitimidade.

É preciso, entretanto, ao constatar essa evolução significativa em nossa profissão jurídica, não confundí-la com um suposto oposicionismo, partidário ou não, nem menos com uma tendência contestadora ou revolucionária. A crítica dos advogados não é absolutamente incompatível com sua índole conservadora e, na verdade, nela se inspira. Os diagnósticos dos advogados apontam para o perigo de uma ordem política que não se expressa numa legalidade reconhecida como legítima, nem se enraiza num pacto social que assegure a participação ativa da maioria. Apontam para os riscos de uma ruptura entre o povo e os governantes, entre a sociedade e o Estado.

É nesse sentido que se devem entender as teses — inspiradas no que há de mais clássico no pensamento democrático liberal — da "liberdade ativa" da Democracia parcial" transcendente ao caráter estático e formal da representação parlamentar", defendidas pelo advogado paulista Miguel Reale Júnior, ou das "associações intermediárias nas quais os homens possam sentir-se seguros e com as quais se sintam poderosos" conforme sugeriu o não menos famoso criminalista carioca Tício Lins e Silva. Saltam aos olhos as expressões de um Touqueville e as idéias de um Stuart Mill, pontos altos do liberalismo em sua versão mais eminentemente democrática.

Idéias sem dúvida "exóticas", mas apenas no sentido em que pouco nesta Nação é auto-suficiente e principalmente a população.

Contrasta com as tendências verificadas na OAB, o obscuro advogado e político mineiro, guindado à Pasta da Justiça, em circunstâncias fortuitas, o Ministro Abi-Ackel rebateu as críticas feitas na abertura da Conferência, condenando a leviandade com que, literalmente, somando apenas valores semânticos, construímos instituições liberais.

Considerando ilusória a espera de alguns ditirambos a mais em louvor à liberdade, à repetição cediça dos termos da Revolução Francesa, a cansativa afirmação de que necessitamos de liberdade, opôs ele a essas expectativas, a de proposições objetivas, claras, lúcidas e centradas na realidade brasileira.

Trocando em miúdos, para o Ministro da Justiça, a liber-

dade das garantias institucionais, e os ideais da igualdade e liberdade, nada mais são do que palavras, e palavras que cansam os ouvidos das autoridades.

Quanto às proposições centradas na realidade brasileira, a julgar pela contribuição do atual titular da Justiça, ao aperfeiçoamento das instituições, não podem haver dúvidas. Pois sua emenda impediu a restauração das eleições diretas. Sua reformulação da Lei Falcão provocou tanta oposição que foi recolhida para estudos.

E, agora, ameaça o País com a intervenção em todos os municípios.

De certo, têm o dom de ser objetivas, claras, senão lúcidas."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, após a transcrição deste editorial, gostaria também de louvar, aqui, a participação de eminentes juristas, professores renomados do Paraná, que compareceram a esta VIII Conferência dos Advogados do Brasil, em Manaus, dentre os quais destacá-amos os advogados Renê Dotti, Acir Bley, o Promotor Antônio Lopes de Noronha, o advogado José Lamartine Correia e tantos outros que lá compareceram, oferecendo seu saber, oferecendo seu ideal a esta conferência, com o único objetivo de ver este País restaurado na sua plenitude democrática, para que, tanta gente não passe a sofrer as maiores humilhações da miséria, da fome, do desemprego e da injustiça social, que campeia e infelicitiza milhares de lares brasileiros, sem sequer o menor cuidado por parte das autoridades responsáveis para minimizar esse tipo de problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão o requerimento.

Em votação. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

8 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita.

Não há número para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 191/79, 7, 8, 9, 13 e 21/80.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 10 e 17/80.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 265/80

I — exonerar, ERNESTO HANSEN CASTILHO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso.

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 120/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Prot. 4052)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 266/80

I — prover, LÍDIA ESPÍRITO SANTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabi-

nete do Deputado Ezequias Losso; e,

II — autorizar, LÍDIA ESPÍRITO SANTO, ocupante do cargo acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Prot. 4052)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 267/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 140, itens I e III, do mesmo diploma legal, NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA, matrícula n.º 014, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo

Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral ao seu cargo, acrescido de quatro (04) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º, § 1.º da Resolução n.º 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170, § único, da citada Lei n.º 6174, cinco (05) adicionais incorporados, nos termos do Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei n.º 6174, cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976; Gratificação de Produtividade, de acordo com a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974, e Função Gratificada, Símbolo F-1, de acordo com o Art. 140, item III, da mencionada Lei n.º 6174. (Prot. 3373)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de maio de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário